



Ponto Urbe

Revista do núcleo de antropologia urbana da USP

14 | 2014

Ponto Urbe 14

Agenciamentos políticos e práticas esportivas em São Paulo: notas etnográficas

Giancarlo Marques Carraro Machado e Enrico Spaggiari



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1625>

DOI: 10.4000/pontourbe.1625

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Edição impressa

ISBN: 1981-3341

Referência eletrónica

Giancarlo Marques Carraro Machado e Enrico Spaggiari, « Agenciamentos políticos e práticas esportivas em São Paulo: notas etnográficas », *Ponto Urbe* [Online], 14 | 2014, posto online no dia 30 julho 2014, consultado o 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1625> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1625

Este documento foi criado de forma automática no dia 3 Maio 2019.

© NAU

Agenciamentos políticos e práticas esportivas em São Paulo: notas etnográficas

Giancarlo Marques Carraro Machado e Enrico Spaggiari

NOTA DO AUTOR

Este artigo é uma primeira reflexão do projeto “As dimensões políticas do universo esportivo em São Paulo”, realizado dentro da linha de pesquisa Antropologia das Práticas Esportivas do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens/USP).

Introdução

- 1 As relações entre esporte e política, até recentemente pouco exploradas nos estudos sobre o fenômeno esportivo,¹ ganharam visibilidade em diversos âmbitos a partir da confirmação da realização de megaeventos no país, a saber, Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016). Contudo, antes mesmo dessa proliferação de análises, a problematização da questão política já estava sendo enfrentada de forma mais assídua nos estudos sobre as políticas públicas de esporte. Embora preterido frente a outros setores no conjunto das ações governamentais, o fenômeno esportivo é alvo de cuidado e intervenção do Estado, o que configurou, ainda no decorrer do século XX, uma parceria entre poder público e sistema esportivo (Stigger 2002; Manhães 2002). Apresenta-se, desde a década de 1960, uma tendência para o uso do esporte enquanto direito social, o que viria a ser institucionalizado a partir da Constituição de 1988. Posteriormente, tanto na lei federal nº 8672 de 1993 (conhecida como Lei Zico), quanto na lei federal nº 9615 de 1998 (conhecida como Lei Pelé), o esporte como prática educativa estaria presente (Deccache-Maia 2003). Tal articulação entre diferentes esferas vem ganhando novos

contornos nas últimas duas décadas, mobilizando temas como direitos sociais e as ditas políticas neoliberais (Gonçalves 2003; Deccache-Maia 2003; Melo 2005). Houve a partir da década de 1990 um aumento na oferta de projetos educacionais – públicos, empresariais, ONGs ou iniciativas autogeridas – vinculados às atividades artísticas e esportivas, que declaravam ter como objetivo criar novas possibilidades frente a um mundo de violência e carências (afetiva, financeira, de chances, de lazer, etc.) ao qual os jovens estão expostos (Zaluar 1994; Gonçalves 2003; Hikiji 2006; Thomassim 2006; Guedes *et al.* 2006).

- 2 Esses projetos geralmente são pautados por compreensões funcionais e utilitárias, e também por um discurso de inclusão social propiciada através do esporte e da superação da exclusão social. A antropóloga Alba Zaluar, por exemplo, em sua pesquisa sobre projetos sociais para jovens nos 1980, já apontava a tendência de se classificar a prática esportiva num sentido utilitário quando associada às classes populares; e num sentido ocioso e desinteressado quando associada às classes abastadas (Zaluar 1994: 59)². Assim, ao avaliar os resultados da política social daquela década destinada à criança e adolescente pobre, a autora refletiu sobre as propostas de complementar o período escolar e de preparar a juventude para o trabalho.
- 3 É possível assinalar que, ainda hoje, os problemas que justificaram as políticas sociais implantadas na ocasião da pesquisa de Zaluar (1994), assim como as soluções adotadas para resolvê-los, continuam em vigor. Com efeito, diversas outras pesquisas vêm realizando análises sobre o desenvolvimento de projetos sociais, principalmente a partir das percepções e representações daqueles que são beneficiados pelas políticas. Entretanto, pouco se investiga os processos de construção dessas ações a partir de um olhar sobre o modo de concepção do problema social e de definição das propostas e soluções. Desafio que Macedo e Castro (2009) procurou enfrentar quando analisou a concepção de políticas públicas com base em projetos e estudos empreendidos pela UNESCO no Brasil, para assim compreender quem são os seus formuladores, quais são as suas principais propostas e a quem são destinadas. O autor investigou algumas publicações elaboradas pela UNESCO-Brasil no final da década de 1990 e início dos anos 2000, bem como os discursos e as práticas cotidianas dos envolvidos com o processo de concatenação das políticas públicas, com o objetivo de apurar como tal instituição tornou-se não só um espaço articulador de diversos agentes relacionados à elaboração e a execução de programas sociais, mas também reconhecida como especialista nessas temáticas.
- 4 Ao considerar essa lacuna de pesquisas que contemplam a heterogeneidade de sentidos que as práticas esportivas adquirem conforme as perspectivas de certos formuladores de políticas públicas, neste artigo em questão pretendemos demonstrar, com base em etnografias recentes, cenários políticos pautados por múltiplas articulações e marcados pela presença de diversos atores sociais. Para compreender essa complexa configuração que norteia a formulação de políticas de esporte, especificamente no âmbito municipal paulistano (mas sem deixar de atentar para conexões com as esferas estadual e federal), optamos por acompanhar projetos, situações e eventos relacionados a duas práticas: skate e futebol³.
- 5 A partir do que foi etnografado vislumbramos problematizar o processo de construção de um conceito político de esporte, considerando que o universo dessas duas práticas tomadas como pontos de partida de análise é perpassado por muitos discursos dissonantes proferidos por vários agentes ligados ao poder público. Os relatos etnográficos que compõem este artigo derivam de pesquisas de campo realizadas ao longo

dos anos 2011 e 2012. Inicialmente serão apresentadas certas situações relacionadas às práticas do skate e futebol. Em seguida assinalaremos algumas questões que norteiam a atuação de agentes ligados à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo (SEME) durante a administração do então prefeito Gilberto Kassab (PSD, 2009-2012). Por fim, através da descrição da participação desses agentes na campanha eleitoral em âmbito municipal, apresentaremos aproximações e distanciamentos relacionados às formas de pensar e trabalhar os esportes acima elencados.

Pracinha do skate: entre moradores, skatistas e políticos

- 6 O bairro Sumaré, localizado na Zona Oeste de São Paulo, possui uma importância significativa para a história do skate brasileiro. A partir de meados da década de 1970, momento em que o skate se propagava pela cidade, as ladeiras de tal bairro passaram a ser frequentadas por inúmeras crianças e jovens, que faziam delas espaços propícios para a prática da modalidade *downhill*⁴. A Praça Joanópolis era a principal referência para os praticantes, logo, por se configurar como um espaço de sociabilidade, tornou-se conhecida como “Pracinha do Skate”, denominação que lhe é atribuída até hoje.
- 7 Por ter se constituído como um ponto de encontro dos skatistas há mais de quarenta anos, o bairro Sumaré é comumente chamado de “berço do skate paulistano”. Sua relevância é tamanha de modo que, ainda na década de 1970, foi palco de gravações para um comercial da marca de bebida Pepsi, que divulgou seu produto através de filmagens com praticantes descendo as ladeiras do bairro em cima de seus respectivos skates. Não obstante, nas décadas seguintes a região sediou importantes campeonatos a nível nacional (os quais revelaram renomados competidores) e ainda figurou em inúmeras matérias produzidas pela mídia especializada.
- 8 Com o recapeamento do asfalto do bairro em tempos mais recentes, a ocupação do entorno da Pracinha do Skate passou a ser mais evidente: skatistas de distintas gerações e de várias partes da cidade aproveitavam as ruas íngremes para testarem as suas habilidades técnicas através das manobras realizadas. Tal atividade vinha incomodando alguns moradores do bairro, que acusaram os skatistas de promover badernas, deixar lixo na praça, usar drogas, fazer atos de vandalismo, provocar atropelamentos e, sobretudo, de incomodá-los com os barulhos das rodinhas no asfalto.
- 9 Todas as acusações mencionadas (as quais associam o skate a uma prática marginal e transgressora⁵) foram levadas por essas pessoas contrárias ao skate à SOMASU (Sociedade dos Moradores e Amigos do Sumaré), a qual representa os moradores do bairro perante os órgãos públicos. O objetivo era pressionar os representantes da associação para tomarem iniciativas que minimizassem os problemas oriundos da prática do skate nas adjacências da praça.
- 10 A SOMASU, através de mediações estabelecidas com agentes políticos atuantes na Subprefeitura da Lapa, reivindicou a instalação de faixas transversais de paralelepípedos em uma ladeira paralela à Pracinha do Skate. Com essa intervenção no asfalto, a prática do skate seria dificultada, o que resultaria, com efeito, no afastamento dos skatistas da região. A solicitação fora prontamente acatada, logo, não tardou para que funcionários da subprefeitura fossem ao bairro para efetivar as mudanças. Os skatistas e alguns

moradores do entorno, após notarem as faixas de paralelepípedos e ao saberem das motivações da associação, rapidamente se articularam para paralisar a construção da obra.

- 11 O embate adquiriu demasiada visibilidade na semana de sua ocorrência, tendo sido divulgado por alguns veículos de comunicação, como o telejornal SPTV (da Rede Globo), Folha de São Paulo, dentre outros portais de notícias. As matérias apresentavam diferentes perspectivas sobre a situação em questão: de um lado, a visão da SOMASU, associação que representava os anseios de um número limitado de moradores do bairro Sumaré; e, de outro, a dos skatistas (sendo que muitos deles também moravam no bairro) que utilizavam as ladeiras no entorno da Pracinha do Skate.
- 12 João Fava, representante da SOMASU, em depoimento para o site UOL enfatizou que:

A associação está preocupada com duas coisas: com o desconforto que uma atividade como essa vem trazendo e com os usuários de drogas. É muito mais pelo risco, pelo barulho. É preocupante para os próprios skatistas, que estão correndo risco de acidentes. A gente sabe que a droga não é por causa do skate, mas o fato é que existe um grupo que consome.⁶
- 13 Essas considerações levantadas pelo representante da associação inicialmente foram acolhidas por agentes políticos vinculados à subprefeitura da Lapa. Já uma comissão formada por skatistas do bairro Sumaré distribuiu um comunicado com severas críticas direcionadas àquelas pessoas que procuraram a SOMASU, a qual também foi acusada de tomar decisões arbitrárias sem levar em conta o posicionamento da maioria dos moradores do bairro, principalmente daqueles que moram no entorno da praça e que há décadas convivem e são favoráveis à prática do skate no local:

Há mais de 40 anos, a Praça do Skate do Sumaré é um local para a prática de skate! Mas talvez alguns novos moradores não saibam disto ou simplesmente não queiram entender que eles não são donos do local e não podem com a sua influência política ou cargo importante tomarem decisões arbitrárias que vão favorecer apenas uma minoria da população, na qual eles estão incluídos obviamente! (Comunicado da comissão de skatistas do bairro Sumaré).
- 14 A mesma comissão ainda rebateu as acusações da SOMASU que tentaram desqualificar a prática do skate ao associá-la ao consumo de drogas, ao vandalismo e ao risco de acidentes no trânsito. Diante da visibilidade desse imbróglio, o coronel Ademir Ramos – subprefeito da Lapa, portanto, representante da instância do poder público que autorizou a implantação de faixas de paralelepípedos para banir a prática do skate – convocou uma reunião entre as várias frentes envolvidas com a apropriação da Pracinha do Skate. O encontro aconteceu no dia 19 de abril de 2012, e reuniu, além do subprefeito, representantes da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (SEME), da SOMASU e da Confederação Brasileira de Skate (CBSK). Após o debate decidiu-se que as obras seriam interrompidas momentaneamente, no entanto, tais representantes deveriam chegar a um consenso por meio da elaboração de um documento que garantisse a boa convivência entre moradores e praticantes do skate do bairro Sumaré.
- 15 Um novo encontro foi marcado, desta vez na própria Pracinha do Skate, com vistas à elaboração do referido documento. Realizado no dia 28 de abril de 2012, sábado, o encontro reuniu dezenas de skatistas (sendo crianças, jovens e adultos), além de vários moradores favoráveis a continuidade da prática. Nenhum representante da SOMASU esteve presente, todavia, essa ausência não impediu a realização daquilo que fora proposto. Cícero Wagner, morador do bairro, aproveitou o momento para distribuir um manifesto impresso que enfatizava:

Muitas crianças e adolescentes que aqui praticam este ESPORTE são nossos filhos! Netos! Temos o privilégio de ter um bairro tranquilo que permite que eles brinquem na rua e em segurança, como nós pudemos, e vem a associação querer assim de supetão, draconianamente impor uma punição? E o diálogo? A boa vizinhança? Associação de que? Ou diria pra que? De quem?

- 16 Enquanto acontecia uma sessão de skate nas ladeiras, muitos presentes assinavam um abaixo-assinado em repúdio à possível continuidade das obras. Após alguns instantes todos se reuniram para abraçar coletivamente a Pracinha do Skate (ato simbólico que foi seguido de muitos aplausos) e também para cobrir com diversos skates as faixas de paralelepípedos que já tinham sido construídas. Em seguida formou-se uma roda de conversas com falas bastante exaltadas que questionavam todas as afirmações anteriormente proferidas pela SOMASU. Por fim, diversos pontos foram levantados e, a partir dos mesmos, um documento foi elaborado propondo o consenso quanto à utilização do espaço público.
- 17 No dia 4 de maio de 2012, outra reunião foi realizada na subprefeitura da Lapa e, nesta ocasião, todas as frentes envolvidas com a polêmica estiveram presentes. O coronel Ademir Ramos, em sua condição de subprefeito da Lapa, resolveu revogar a permissão dada para a construção das faixas de paralelepípedos, as quais deveriam ser imediatamente retiradas para garantir a continuidade do skate nas ladeiras. De acordo com o portal UOL Esporte, o subprefeito admitiu que “o caráter cultural ‘pesou’ no esforço do poder público para uma solução que preservasse o local”⁷. Apesar desse parecer favorável ao skate, a sua permanência nas adjacências da Pracinha do Skate estaria sujeita a uma série de regras. A principal delas dizia respeito ao horário permitido para a prática, que ficou estabelecido das 8 até as 21 horas. Um representante do skate também deveria atuar para que esse horário fosse cumprido, ao passo que a Confederação Brasileira de Skate (CBSk) faria uma campanha de conscientização para garantir uma boa convivência entre skatistas e moradores.
- 18 Após a reunião, Ed Scander, vice-presidente da Confederação Brasileira de Skate (CBSk), salientou que:

A batalha termina, mas a guerra não. A gente espera que os skatistas da região respeitem, é algo que parte deles também. A gente confia nisso. É uma ladeira com 40 anos de tradição no skate. Tem menino andando hoje lá que o avô andou no passado. São três gerações.⁸
- 19 Nas negociações estabelecidas entre skatistas, moradores e agentes do poder público, a intervenção de Thiago Lobo, então responsável pela Coordenadoria de Esportes Radicais da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (SEME), foi fundamental para que a mobilização em prol do skate surtisse efeito. Em depoimento para um site de notícias, ele declarou que a Pracinha do Skate:

É o lugar onde nasceu o skate, o berço do skate no Brasil. Tem uma questão cultural incluída nesta discussão. Vai haver uma reeducação para que o local continue sendo utilizado pelos skatistas.⁹
- 20 Em uma dinâmica relacional marcada por distintos posicionamentos, Thiago Lobo mediou os interesses em jogo e contribuiu para deslocar a forma como a prática do skate estava sendo encarada por certos agentes da subprefeitura da Lapa. É válido recordar que a continuidade de tal prática no entorno da Pracinha do Skate fora colocada em xeque por conta de acusações que a associavam a algo “marginal”, atrelada a atos desordeiros, ao barulho, ao consumo de drogas e ao vandalismo. Em decorrência disso, Thiago Lobo teve que descortinar os argumentos apresentados pela SOMASU e dar relevância a outros

aspectos que evidenciavam não só o lado esportivo do skate, mas também a sua importância adquirida ao longo de várias décadas na Pracinha do Skate.

- 21 Os conflitos em torno da continuidade do skate no bairro Sumaré revelaram como essa prática tem sido disputada e tratada de distintas maneiras por determinados agentes do poder público, sendo muitos deles correligionários¹⁰. Conforme suas respectivas posições e interesses, tais agentes adotam posicionamentos que ora se aproximam, ora se distanciam, e que expressam os múltiplos sentidos que uma prática esportiva adquire conforme a situação.
- 22 De um modo geral é possível afirmar que o posicionamento favorável ao skate refletiu o protagonismo que essa prática adquiriu no âmbito das políticas públicas desenvolvidas pela SEME durante a gestão do prefeito Gilberto Kassab (PSD, 2009-2012). Diversos eventos e ações foram feitas especialmente para a mesma, seja em sua dimensão espetacularizada ou cotidiana¹¹. Ademais, a própria criação da Coordenadoria de Esportes Radicais, por exemplo, denota a intenção de atribuir relevo ao skate diante esportes já consolidados e também de defendê-lo frente à atuação de outras secretarias, agentes ou instâncias do poder público quando algumas medidas eventualmente desqualifiquem ou limitem a sua prática, tal como ocorrido no embate da Pracinha do Sumaré.

Contratempos e articulações futebolísticas: a Taça Cidade de São Paulo

- 23 Para investigar os sentidos atribuídos por agentes do poder público à prática futebolística, optamos por acompanhar, ao longo de 2012, a Taça Cidade de São Paulo, organizada e dirigida pela Coordenadoria de Gestão das Políticas e Programas de Esporte e Lazer (CGPE) da Secretaria Municipal de Esportes da Cidade de São Paulo (SEME). Além de algumas partidas desse evento, também acompanhamos congressos técnicos com a presença de clubes e associações, cerimônias de premiação, bem como o trabalho da equipe da CGPE no prédio da SEME. Ademais, ainda entrevistamos alguns dos agentes da comissão organizadora do torneio, entre eles o Professor Minoru Furuya (coordenador) e estagiários da CGPE.
- 24 O regulamento e a tabela da competição foram apresentados aos treinadores (de equipes formadas em clubes de várzea, Clubes da Comunidade e outras associações esportivas)¹² em um congresso técnico realizado no Salão Nobre do estádio do Pacaembu. Lá, dezenas de tais profissionais tinham a chance de se conhecer ou rever. Os clubes podem inscrever equipes em quatro categorias: pré-mirim (sub-10), mirim (sub-12), infantil (sub-14) e juvenil (sub-16). A Taça é disputada em diversas regiões da cidade, principalmente em campos de futebol localizados em bairros periféricos, entre março e novembro de cada ano (com uma média de 800 jogos). Já as finais das quatro categorias são disputadas no estádio do Pacaembu.
- 25 A Taça Cidade de São Paulo é realizada ao longo de quase todo o ano, de fevereiro a dezembro, com a participação de aproximadamente 8 mil atletas, e se difere dos torneios de outras modalidades, como basquete, vôlei, handball, cujos campeonatos têm um menor tempo de duração e são realizados no segundo semestre. O torneio é dividido em sete regiões (região oeste, centro-norte, sul 1, sul 2, sul 3, leste 1, leste 2 e leste 3) e reúne equipes de unidades do Clube Escola de vários bairros,¹³ além de equipes de escolinhas particulares mantidas por clubes amadores, como, por exemplo, Pequeninos do Jockey e

Botafogo de Guaianases. O número de equipes de cada região varia de acordo com a categoria disputada: pré-mirim, mirim, infantil e juvenil. O transporte dos times vinculados aos Clubes Escola era financiado pela Prefeitura de São Paulo até 2012, porém houve um corte de verbas que implicou na diminuição de participantes. Se antes cerca de 50 Clubes Escola participavam da Taça, a partir de 2012 o número reduziu para apenas 10 equipes.

- 26 Em janeiro a equipe organizadora concentra o trabalho nas questões internas e burocráticas relacionadas à definição do regulamento, contratação de estagiários, reuniões com o departamento de informática da SEME, e encontros com clubes amadores e Clubes Escola. Neste período, começam a vistoria dos campos de futebol distribuídos pela cidade, os quais são utilizados no decorrer do campeonato. Em fevereiro tem início o período de inscrições feitas no site, onde são registrados os nomes das equipes participantes e os dados de seus respectivos responsáveis, além do local de disputa de jogos. Em um segundo momento, cadastra-se no site o nome, idade, número do RG e nome da escola de todos os garotos interessados em participar da Taça. Com os clubes inscritos e convocados para o primeiro congresso técnico do ano, a equipe organiza a tabela priorizando o pouco deslocamento dos times pela cidade nas primeiras fases da competição, visto que o transporte é a principal dificuldade e o maior gasto dos participantes. Somente nas etapas finais, quando ocorre o cruzamento de times de regiões diferentes, é que o deslocamento mais extensivo se torna necessário. Conforme revelou um dos estagiários: “a tabela é muito difícil de fazer, levando em conta essas particularidades de região, e de categorias que tem cada equipe, de tentar manter no mesmo campo”. Já em abril tem início o campeonato com a disputa da fase regional.
- 27 Ao longo da competição, parte significativa do trabalho da equipe do CGPE é atender e responder as muitas ligações diárias que ocorrem no período entre as disputas dos jogos (os quais acontecem no sábado). Nos dias úteis da semana, paralelo a esse atendimento aos participantes da Taça, a equipe realiza diversas tarefas administrativas, como a preparação do material enviado toda quinta-feira para a Associação de Árbitros da Grande São Paulo, a qual é responsável por selecionar e disponibilizar mesário, dois bandeirinhas e um árbitro. Os estagiários organizam as pastas compostas pelas súmulas dos jogos que serão preenchidas pelos mesários escalados, e informações de cada jogo (endereço do campo, horários e telefone da pessoa responsável por esse espaço). Além do trabalho prospectivo relacionado à rodada do próximo final de semana, a equipe do CGPE documenta as súmulas dos jogos da rodada anterior, prepara os boletins de ocorrências, anotando os nomes dos jogadores que receberam cartões amarelo e vermelho para indicar as futuras suspensões, bem como tenta registrar os nomes daqueles que marcaram gols, ainda que, segundo um dos estagiários, os funcionários não consigam quantificar diversos dados: “pelo número de pessoas que trabalham na Taça, é um negócio inimaginável, não tem como fazer questão de gols, de artilharia (...). Com o contingente que tem é o que dá pra fazer”.
- 28 Enquanto que outras modalidades esportivas têm dois ou três estagiários e um coordenador responsável por um ou dois campeonatos, na equipe que comanda a Taça, torneio com maior número de participantes e maior tempo de duração, são cinco estagiários (alunos do curso de Educação Física em universidades públicas e privadas de São Paulo) que trabalham até quatro horas por dia, revezando entre os períodos matutino e vespertino. Na parte da manhã eles trabalham com o coordenador Minoru Furuya e na parte da tarde com o coordenador José Alberto Kono. Se os professores/coordenadores

têm a responsabilidade de organizar a competição, a atuação diária dos estagiários mostra-se fundamental para a realização da Taça. Conforme apontou um deles, “se for pra falar grosso modo, quem leva as modalidades dos campeonatos da prefeitura nesses eventos esportivos são os estagiários. Os professores obviamente estão ali pra dar um suporte, mas quem carrega mesmo nas costas as modalidades são os estagiários”.

- 29 As observações evidenciaram uma atuação mais “autônoma” da CGPE dentro da SEME, quando comparamos com a etnografia realizada sobre a prática do skate em São Paulo. O secretário de esportes, por exemplo, somente uma vez prestigiou um evento do torneio em questão – durante o congresso técnico de abertura da Taça Cidade de São Paulo, em 2012 –, quando realizou uma fala de cinco minutos para destacar o apoio e investimento da SEME nas categorias de base do futebol de São Paulo. Observamos ainda que os assessores do secretário também não compareciam aos eventos do torneio. Por outro lado, a participação institucional e indireta do secretário mostrava-se fundamental em diversos momentos, principalmente para facilitar o acesso aos campos municipais. A equipe do CGPE recorria ao ofício circular emitido diretamente pelo setor administrativo da SEME, assinado pelo secretário de esportes, com as datas separadas para o acontecimento dos jogos.
- 30 Responsáveis diretos pela realização da Taça Cidade, os estagiários questionaram as diversas restrições que ocorrem no âmbito da própria secretaria. Apesar de ser uma competição que mobiliza uma quantidade significativa de equipes e garotos, segundo membros da equipe organizadora, o torneio não recebe tanto apoio ou visibilidade na SEME. Como afirmou um deles, outros esportes e unidades da secretaria revelam ter mais força política: “falava-se muito em vários esportes e pouco aparecia o futebol, ou a Taça Cidade mesmo, pela quantidade de gente que mobiliza na cidade de São Paulo”. As críticas eram exemplificadas em acessos pontuais aos sites da Prefeitura e da Secretaria de Esportes, que enfatizavam eventos relacionados a outras modalidades e notícias sobre a Virada Esportiva, preterindo assim demais projetos, como os Pólos de Brincar, Ludicidade e a própria Taça Cidade. Ainda de acordo com um dos estagiários, para o campeonato, que estava nas fases finais,
você tem que ligar e pedir para colocar uma matéria no site; tem que ligar pra o setor de imprensa e pedir várias vezes se pode ir cobrir tal evento, se pode cobrir o Congresso Técnico. O pessoal vai, filma dez minutos e vai embora.
- 31 Os estagiários também descreveram diversas dificuldades de articular o trabalho da CGPE com outras frentes de atuação da SEME e demais unidades vinculadas ao poder público. Relataram o contato esporádico e pouco efetivo com os administradores do Centro Olímpico, que nunca cederam o espaço e o campo da unidade para as atividades da Taça; ou com a SPTuris, empresa de turismo e eventos da cidade de São Paulo responsável pelas tendas, lanches, ambulância, ônibus etc. Não obstante, mencionaram a necessidade de negociar com alguns vereadores e deputados estaduais, principalmente aqueles relacionadas com a reforma e implantação de gramados sintéticos nos campos de várzea da cidade, a liberação do uso desses espaços nos respectivos redutos eleitorais dos políticos.
- 32 A interferência de parlamentares e outros agentes políticos é observada nos relatos desses estagiários no que toca à negociação com a administração do estádio do Pacaembu. Tais agentes políticos, através de mediações estabelecidas, possibilitam a realização de congressos técnicos no salão nobre do estádio, e também viabilizam as datas para as finais da Taça:

porque tem que ver não o evento da prefeitura, a Taça São Paulo, tem que ver evento da CBF, o evento beneficente de outro local, tem que ver campeonato feminino de algum lugar; então para a SEME, referente ao equipamento Pacaembu, é muito difícil arrumar data.

- 33 Em 2012, por falta de datas livres, o evento final envolvendo as equipes da série Clube Escola foi agendado para outro local. Contudo, a interferência de políticos locais propiciou a realização da final no estádio do Pacaembu, conforme relatou um estagiário:

sabendo que a final não era no Pacaembu, esse pessoal do Clube Escola Santo Amaro deu uma chiada, foi reclamar lá no secretário na época. Então, porque tinha questões políticas, tinha pessoas da política, que era lá do local, e veio conversar aqui, e aí ele falou “não, então essa final vai ser no Pacaembu”. Mas aí veio a ordem lá do secretário. Vindo a ordem de cima tudo é mais fácil.

- 34 Nossos interlocutores reforçaram que a “autonomia” da equipe da CGPE pode ser percebida inclusive na distribuição espacial dentro da SEME. Enquanto que os “setores nobres” – como as salas do secretário, dos assessores, da Coordenadoria de Esportes Radicais e dos organizadores da Virada Esportiva – ficam no prédio novo da SEME, acoplado ao Centro Olímpico, a CGPE está localizada no prédio antigo, junto com as demais coordenadorias vinculadas principalmente aos programas de lazer da Prefeitura, como o projeto Ludicidade. As diferenças estruturais verificadas entre os espaços da SEME apareciam de forma recorrente nas críticas às precárias condições da sede utilizada pela equipe da CGPE, tal como expressa um dos estagiários: “mas se você desce no gabinete, lá tem tudo. Então às vezes nós precisamos descer daqui, ir lá ao gabinete, pedir pra imprimir alguma coisa que é importante”.
- 35 Tendo em vista esse certo “isolamento” da CGPE frente aos principais agentes políticos ligados à SEME e ao Secretário de Esportes, vale destacar que um diferencial da Taça Cidade é a ênfase nas questões de meio ambiente. Além das premiações aos campeões, também são premiadas as equipes que fizeram mais atividades e trabalhos ligados a questões ecológicas. O clube com maior número de pontos nesse aspecto recebe a Taça Mais Verde. Portanto, frente ao cenário desfavorável observado dentro da própria SEME, foi possível perceber que a CGPE busca reforçar vínculos e parcerias com órgãos e agentes ligados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, ampliando assim a rede de contatos dentro do poder público municipal para além da secretaria de esportes. De acordo com um estagiário, “a SEME não conhece os eventos da SEME. Se você descer e perguntar quando, quais são os eventos de calendário de SEME mesmo, da SEME, de prefeitura, que vai pro Diário Oficial, é difícil da SEME mesmo conhecer”.

A SEME e as eleições municipais de 2012: uma campanha e alguns desencontros

- 36 A realização de uma pesquisa com trabalhos de campo centrados em dois recortes – skate e futebol – permitiu perceber formas diferentes de pensar e promover a prática esportiva em São Paulo. Enquanto que a primeira, a prática do skate, ganhava visibilidade midiática ao mesmo tempo em que se tornava centro das atenções dos agentes políticos que capitaneavam alguns dos principais projetos da SEME (como a Virada Esportiva), o segundo esporte, o futebol, mantinha consolidada a sua posição dentro dos arranjos políticos municipais, embora não fosse – e podemos dizer explicitamente – a prioridade do setor.

- 37 Embora a ideia inicial da pesquisa fosse apreender os sentidos políticos a partir de observações com atores afastados do núcleo político decisório, evitando assim contato com os discursos institucionais do poder público, decidimos redirecionar as trilhas etnográficas num segundo momento da pesquisa e acompanhar de modo mais detido algumas atividades desenvolvidas por agentes políticos ligados à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) no 2º semestre de 2012. Elegemos o período eleitoral como um momento chave da pesquisa, visto que diversos interlocutores – assessores do secretário de esportes, coordenadores da SEME, agentes ligados a práticas e grupos esportivos – participariam diretamente das eleições, compondo e elaborando o projeto de esportes do programa de governo do candidato José Serra (PSDB).
- 38 O contato inicial deu-se com Tiago Lobo – que na ocasião tinha deixado a sua função de coordenador de esportes radicais –, considerado um dos principais mediadores entre a SEME e o universo do skate e de outras práticas. Apesar de um breve contato, tal interlocutor não pôde dedicar atenção à pesquisa ora relatada, visto que acabara de assumir o cargo de secretário adjunto da SEME. Todavia, através de Tiago Lobo foi possível conhecer Arthur Soares, seu assessor, que se tornou nosso interlocutor.
- 39 Arthur Soares desenvolve diversas atividades na SEME, com foco na mediação com representantes de diversas práticas esportivas. Por meio do contato com esse agente político abriu-se uma frente de pesquisa centrada na dinâmica relacional da secretaria de esportes, sendo essa marcada por inúmeras articulações tanto para dentro quanto para fora da mesma. Arthur Soares era apenas um agente em uma complexa teia de relações perpassada por distintos interesses políticos que se revelavam, direta ou indiretamente, em certos posicionamentos e ações promovidas pela SEME.
- 40 De um modo amplo, através de algumas visitas à SEME averiguamos um dos princípios norteadores das ações da secretaria pesquisada: a promoção de eventos e benfeitorias para mais de uma centena de práticas. De forma descentralizada, a SEME dedicava atenção não só aos tradicionais esportes coletivos ou olímpicos, mas também às práticas esportivas e de lazer sem tanta visibilidade na cidade. Em certo sentido, a intenção era dar “voz e vez” a todas. Essa descentralização expressou-se de forma mais nítida na Virada Esportiva, evento que agregou de forma simultânea demasiado número de atividades em diversos equipamentos públicos ao longo de 24 horas ininterruptas.
- 41 Ao seguir a rede de relações tecida por Arthur Soares, o trabalho de campo ampliou-se, conectando-se a uma série de outros agentes, espaços e situações. A principal delas foi a campanha de José Serra (PSDB) para prefeito da cidade de São Paulo, a qual fora marcada por desencontros entre as ações promovidas pela SEME e o posicionamento político do candidato expresso nos eventos promovidos para os seus correligionários.
- 42 Entre agosto e setembro de 2012, acompanhamos algumas reuniões da equipe de esportes do programa de governo do candidato José Serra (PSDB), realizadas na sede central do comitê de campanha, no andar térreo do edifício Praça da Bandeira (antigo edifício Joelma), localizado na Av. Nove de Julho, Centro de São Paulo. Lideradas por Tiago Lobo, as reuniões reuniram esportistas, representantes de diversos grupos de praticantes (skate, patins, bicicleta etc.), donos de revistas especializadas em esporte, assessores de políticos, dentre outros. Os encontros tinham dois objetivos principais: agregar ideias, informações e sugestões para a formulação do projeto de esporte a ser inserido no programa de governo de José Serra; e organizar um grande evento do setor de esportes para a campanha do candidato do PSDB. Vale destacar a notável presença de inúmeros

atores ligados aos esportes contemplados pela Coordenaria de Esportes Radicais da SEME ao longo da “Gestão Serra/Kassab” (expressão nativa); ao mesmo tempo em que não constatamos a presença de pessoas ligadas à prática futebolística – tanto praticantes quanto representantes da SEME – nessas reuniões preparatórias.

- 43 No final de setembro, a equipe de esportes, capitaneada por Tiago Lobo e Arthur Soares, realizou o evento “Esporte – É Serra Já” no Círculo Militar, próximo ao Parque do Ibirapuera. Além do evidente tom político, tal como de um comício, percebia-se uma preocupação dos agentes políticos em mostrar a força do setor de esportes no âmbito da campanha. Para isso, pretendiam reunir naquela noite quatro mil pessoas (número não alcançado) e selecionar os depoimentos que destacavam com mais ênfase o trabalho da SEME nas últimas gestões. A convocatória, impressa e nas mídias sociais, reforçava: “venha ouvir as propostas, opinar, debater e dar sugestões no programa de governo do único candidato que tem uma equipe que conhece a realidade e realmente entende o esporte da cidade de São Paulo”.
- 44 Entre os presentes, notava-se a presença de inúmeros políticos e seus assessores (que aproveitavam para fazer campanha, com seus “santinhos”), jornalistas, mas principalmente esportistas do Centro Olímpico e praticantes de diversas modalidades – skate, judô, patins, boxe, basquete, voleibol etc. –, muitos deles uniformizados e estampando logos da campanha do candidato.
- 45 Ao longo da noite, diversas pessoas se revezaram nas falas e depoimentos no palco. Políticos e representantes de grupos de esportistas – principalmente dos esportes ligados a Coordenaria de Esportes Radicais – discorreram sobre as benfeitorias da “Gestão Serra/Kassab”; destacavam principalmente a criação da Virada Esportiva, a consolidação do Clube-Escola, a reestruturação do Centro Olímpico, e a reconfiguração de pontos da cidade para a prática dos esportes radicais. Durante mais de duas horas de evento, a fala de Flávio Adaute – jornalista, dono da Evidência Promotions, organizadora de torneios amadores de futebol na cidade de São Paulo – foi a única de alguém ligado ao universo futebolístico.
- 46 A chegada de José Serra deu início ao principal momento da noite. Acolhido com música e bandeiras tremulando, o candidato abriu sua fala narrando sua infância na Mooca, suas idas aos jogos do Juventus, a condição de “torcedor roxo” do Palmeiras, mas antes de tudo um apaixonado por futebol, portanto, gostava também dos outros grandes clubes rivais da capital. Anticlímax. Num evento marcado pela ênfase na “diversidade” de práticas esportivas incentivadas pela SEME na “Gestão Serra/Kassab”, o político, em seu discurso de aproximadamente 15 minutos, utilizou diversas metáforas futebolísticas, citou seus ídolos do Palmeiras (da chamada “Academia de Futebol” da década de 1960), e somente por fim citou a Virada Esportiva, idealizada, segundo ele, ainda em sua gestão. Em razão disso percebe-se, contudo, a reafirmação do protagonismo do futebol, ainda que em sua produção discursiva, em um evento projetado para ratificar a força política do esporte por meio da consolidação de uma pluralidade de práticas e modalidades esportivas.

Considerações finais

- 47 Neste artigo procuramos demonstrar a atribuição de múltiplos sentidos a certas práticas esportivas, como o futebol e o skate, conforme a dinâmica relacional e situacional em que estão inseridas. Em relação ao skate foi possível perceber como um conflito em torno da

apropriação de um espaço público – as ladeiras situadas nas adjacências de uma praça – fez emergir diversas concepções quanto à maneira como esse esporte deve ser encarado e praticado. As mediações entre agentes políticos vinculados a diferentes setores do poder público demonstraram o importante papel ocupado pela Coordenadoria de Esportes Radicais, que possibilitou com que a dimensão esportiva da prática do skate ganhasse visibilidade, reconfigurando assim as acusações que a desqualificava (como atos de vandalismo, perturbação do sossego do bairro e consumo de drogas por parte dos praticantes). No acompanhamento dos projetos voltados à prática do futebol, foi possível observar como a CGPE procurou – tendo em vista o investimento da SEME na ampliação e diversificação de modalidades esportivas, observado na centralidade da Virada Esportiva e no relativo foco sobre os esportes radicais – multiplicar suas frentes de articulação política para além do próprio setor. Articulações que descortinam a extensa rede de atores sociais e agentes políticos relacionados à gestão dos espaços e voltados à promoção de eventos futebolísticos.

- 48 Já a observação da campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo em 2012 revelou um cenário político-esportivo complexo e heterogêneo, também pautado por múltiplas articulações e mediações, e que elabora e confere significados diversos à construção de um conceito político de esporte, inclusive dentro da própria SEME ou de um mesmo partido, tal como revela a fala destoante do candidato José Serra em um dos eventos de promoção de sua candidatura. Tal desenho dos agenciamentos políticos no âmbito do universo esportivo da cidade de São Paulo observada na SEME durante a gestão de Gilberto Kassab (PSD) sofreu significativas alterações com a eleição de Fernando Haddad (PT, 2013-2016) e a composição de um novo conjunto de agentes políticos no comando da administração esportiva municipal. Uma nova configuração que volta a realçar a centralidade do futebol frente às diversas modalidades esportivas dentro de um cenário marcado pelo fortalecimento da agenda futebolística em um contexto de realização da Copa do Mundo de 2014, cuja partida de abertura seria realizada na cidade de São Paulo.
- 49 Assim, como procuramos evidenciar ao longo desse artigo, o Estado, longe de ser um ator homogêneo, unívoco e fixo, apresenta um caráter multifacetado e dinâmico, orientado por princípios de centralização e segmentação, modos que se opõem e se combinam simultaneamente (Aquino 2009: 16). Evita-se assim uma essencialização do conceito de Estado:
- o Estado não pode ser tratado unicamente como centralizado em contraponto a outras unidades segmentares. O poder público, embora tenha segmentos e funções que poderiam ser tratados enquanto fixos e estáveis, segue, na verdade, princípios de segmentaridade no sentido de oposição e composição contínua, tanto entre seus segmentos como em relação a segmentos externos (Aquino 2009: 171).
- 50 Portanto, a problematização desse caráter multifacetado e dinâmico do Estado, realizada a partir de uma etnografia em âmbitos e espaços esportivos relacionados a duas práticas esportivas específicas, mostra-se essencial para a apreensão do processo de construção de um conceito político de esporte a partir de certas redes de relações, pois a polarização entre esporte e política perde força diante de contextos em que o esportivo emerge no político e o político no esportivo.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, Carlos Filadelfo de. 2009. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.
- BRANDÃO, Leonardo. 2008. “Entre a marginalização e a esportivização: elementos para uma história da juventude skatista no Brasil”. In: *Recorde: Revista de História de Esporte*. V.1, n° 2, dezembro.
- DAMATTA, Roberto. 1982a. “Esporte na Sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro”. In: _____ (Org.). *Universo do Futebol*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, pp.19 – 42.
- _____. 1982b. “Futebol: Ópio do Povo ou Drama de Justiça Social?”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v. 1, n. 4.
- DECCACCHE-MAIA, Eline. 2003. Esporte e políticas públicas na virada do milênio: o caso de Niterói. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FREITAS, Bruno. “Reunião salva de extinção ladeira em São Paulo ‘onde skate nacional nasceu’”. In: Portal UOL Esporte. Disponível em: <http://m.esporte.uol.com.br/radicaais/ultimas-noticias/2012/05/05/reuniao-salva-de-extincao-ladeira-onde-skate-nacional-nasceu-em-sao-paulo.htm>. Acesso em 30/06/2014.
- GONÇALVES, Maria Alice Rezende. 2003. A vila olímpica da Verde-e-Rosa. Rio de Janeiro: FGV.
- GUEDES, Simoni L. 2003. Resenha do livro *Lógicas no futebol*, de Luiz Henrique de Toledo (São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002). In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, pp. 178-183.
- GUEDES, Simoni L. et al. 2006. Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. In: *Encontro Regional de História, XII, Niterói. Anais*. Rio de Janeiro: ANPUH, pp. 92-92. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Simoni%20LGuedes,%20Julio%20Davies,%20Michelle%20ARodrigues%20e%20Rafael%20MSantos.pdf>. Acesso em: 14/07/2014.
- HIKIJ, Rose Satiko G. 2006. A música e o risco: etnografia da performance de crianças e jovens. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- MACEDO E CASTRO, João Paulo. 2009. A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2011. De “carrinho” pela cidade: a prática do street skate em São Paulo. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.
- MAGNANE, Georges. 1969. *Sociologia do esporte*. São Paulo: Perspectiva.
- MANHÃES, Eduardo Dias. 2002. *Políticas de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MELO, Marcelo Paula de. 2005. *Esporte e juventude pobre: a Vila Olímpica da Maré e as políticas de lazer*. Campinas: Autores Associados.
- SPAGGIARI, Enrico. 2009. Tem que ter categoria: construção do saber futebolístico. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

STIGGER, Marco P. 2002. Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico. Campinas: Autores Associados, CBCE.

THOMASSIM, Luís Eduardo Cunha. 2006. “Uma alternativa metodológica para análise dos projetos sociais esportivos”. In: Anais do XVIII ENAREL. Curitiba: PUCPR.

ZALUAR, Alba. 1994. Cidadãos não vão ao paraíso. Campinas: Editora da Unicamp.

NOTAS

1. O que pode ser visto nos poucos estudos na área de Ciência Política, conforme observou Guedes (2003). Após os anos 1980 houve uma apropriação apressada, nas leituras de muitos autores, das críticas a uma abordagem ideológica do fenômeno esportivo – e mais especificamente do futebolístico –, semeada na expressão “futebol é ópio do povo”. Os desdobramentos desta recusa ampliaram-se a uma rejeição de abordagens que vinculam aspectos políticos aos esportivos, numa interpretação equivocada da proposta inicial de DaMatta (1982a; 1982b). Ao desvincular cultura e política, muitos autores repetem os erros que criticam, pois ao afirmarmos que *futebol não é ópio do povo*, estamos sendo tão arbitrários quanto os que defendem unicamente o papel alienante dos esportes. O futebol e as práticas esportivas, de modo geral, podem ter usos políticos e ideológicos, visto que é um dos muitos significados a elas atribuídas, e recorrente dentro do universo esportivo. O que evidencia a importância de investigar as orientações e propósitos políticos, visto que, ao contrário do que aponta Magnane, não se trata de um conjunto de interesses “que se pode qualificar como distorção” (1969: 71).

2. Muitos deles amparados nos índices de criminalidade e violência, crescentes na década de 1980, assim como nos dados da crise econômica brasileira.

3. Essa escolha se deve em virtude das pesquisas individuais desenvolvidas pelos pesquisadores (Spaggiari 2009; Machado 2011).

4. Modalidade do skate praticada em ladeiras.

5. Uma discussão mais aprofundada sobre a dimensão “marginal” do skate pode ser vista no artigo “Entre a marginalização e a esportivização: elementos para uma história da juventude skatista no Brasil” (Brandão 2008).

6. Disponível em <http://m.esporte.uol.com.br/radicaais/ultimas-noticias/2012/05/05/reuniao-salva-de-extincao-ladeira-onde-skate-nacional-nasceu-em-sao-paulo.htm> (Acesso em 30/06/2014).

7. Disponível em: <http://m.esporte.uol.com.br/radicaais/ultimas-noticias/2012/05/05/reuniao-salva-de-extincao-ladeira-onde-skate-nacional-nasceu-em-sao-paulo.htm> (Acesso em 30/06/2014).

8. Disponível em: <http://m.esporte.uol.com.br/radicaais/ultimas-noticias/2012/05/05/reuniao-salva-de-extincao-ladeira-onde-skate-nacional-nasceu-em-sao-paulo.htm> (Acesso em 30/06/2014).

9. Disponível em: <http://m.esporte.uol.com.br/radicaais/ultimas-noticias/2012/05/05/reuniao-salva-de-extincao-ladeira-onde-skate-nacional-nasceu-em-sao-paulo.htm> (Acesso em 30/06/2014).

10. Diversos agentes políticos com atuação na cidade de São Paulo, sendo alguns do mesmo partido, já tiveram posições diferenciadas em relação à prática do skate. Em 2009, por exemplo, o então vereador Adolfo Quintas formulou um projeto de lei com a intenção de proibir a utilização de skates nas calçadas do município. Walter Feldman e Thiago Lobo, que no ano do ocorrido chegaram a ocupar, respectivamente, os cargos de secretário de esportes e coordenador de esportes radicais, posicionaram-se contrários a essa medida proposta pelo vereador. Vale ressaltar que tanto Adolfo Quintas, Walter Feldman e Thiago Lobo eram ligados ao PSDB.

11. A Secretaria Municipal de Esportes da Cidade de São Paulo (SEME) promoveu e apoiou vários eventos relacionados ao skate: Mega Rampa; X Games; Circuito Sampa Skate; Skate no Museu; Slalom em Interlagos; Circuito Universitário; Skate Banks, dentre muitos outros.

12. Os Clubes da Comunidade (CDCs), antigos Clubes Desportivos Municipais (CDMs), criados ao longo da década de 1970, são unidades descentralizadas do município de São Paulo, de administração indireta, geridas por duas ou mais entidades civis sem fins lucrativos, regularmente constituídas com o objetivo primordial de desenvolver atividade desportiva em imóvel público, especialmente cedido a título precário para esse fim. A administração é exercida por uma sociedade civil, integrada por membros das entidades administradoras, que compõem a Diretoria Gestora, o Conselho Fiscal e o Conselho Gestor, cujos membros são eleitos pelos sócios dessas entidades participantes e da população do entorno das instalações físicas dos CDCs. A manutenção dos Clubes da Comunidade é de responsabilidade dessa diretoria eleita.

13. O Clube Escola é um programa municipal voltado ao oferecimento de atividades esportivas, recreativas e de lazer para aqueles em idade escolar, realizado a partir da articulação entre a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Especial para Participação e Parceria (SEPP), Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (SMSP), dentre outras.

RESUMOS

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre esporte e política, aqui entendidas como pautadas por múltiplas articulações e mediações. A pesquisa tem como base uma etnografia centrada em situações e eventos esportivos na cidade de São Paulo, e também na atuação de agentes políticos ligados a diversos setores da prefeitura, com ênfase nos representantes da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME). A partir da observação e apreensão dos variados sentidos atribuídos pelo poder público à prática do skate e do futebol, vislumbra-se problematizar e compreender o processo de construção de um conceito político de esporte.

This article aims to analyze the relationship between sport and politics, here understood as guided by multiple articulations and mediations. The research is based on an ethnography focused on situations and sporting events in the city of São Paulo, and also in the actions of politicians agents linked to various sectors of the city hall, with emphasis on representatives of the Municipal Secretary of Sports, Leisure and Recreation (SEME). From observation and seizure of multiple meanings attributed by the Government, it is intended discuss and understand the process of building a political concept of sport.

ÍNDICE

Palavras-chave: antropologia do esporte, política, skate, futebol, cidade

Keywords: anthropology of sport, politics, skateboard, football, city

AUTORES

GIANCARLO MARQUES CARRARO MACHADO

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP) e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens/USP).

ENRICO SPAGGIARI

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC/USP) e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens/USP).